

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM
COORDENAÇÃO DO CURSO DE
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

GÉSSICA SIQUEIRA PEIXOTO

**TERRITÓRIO E TURISMO: A INTERVENÇÃO DO PODER
PÚBLICO LOCAL E O CONTROLE SOCIAL EM
JARDIM/MS**

**JARDIM-MS
2014**

GÉSSICA SIQUEIRA PEIXOTO

**TERRITÓRIO E TURISMO: A INTERVENÇÃO DO PODER
PÚBLICO LOCAL E O CONTROLE SOCIAL EM
JARDIM/MS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Jardim/MS, como pré-requisito para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Orientadora: Prof^ª Msc. Débora Cristina Macorini Ocon

**JARDIM-MS
2014**

TERMO DE APROVAÇÃO

GÉSSICA SIQUEIRA PEIXOTO

TERRITÓRIO E TURISMO: A INTERVENÇÃO DO
PODER PÚBLICO LOCAL EM
JARDIM/MS

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela seguinte Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Msc. Débora Cristina Macorini Ocon

Prof^a Ma. Débora Cristina Macorini Ocon
Professora do Curso de Geografia, UEMS

Prof^a Dra. Eva F. da Fonseca M. Barbosa
Professora do Curso de Geografia, UEMS

Prof^o Me. Rodrigo Hakira Minohara
Professor do Curso de Turismo, UEMS

Jardim, 25 de novembro de 2014

DEDICATÓRIA

À minha família, amigos e a todos que estiveram ao meu lado neste percurso, muito obrigado pelo incentivo, apoio e compreensão, durante a execução de todo este trabalho...

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível com colaboração de muitas pessoas. Manifesto aqui a minha gratidão a todas elas e, de modo especial:

Aos meus pais Livrada e Elias, irmãos Carlos e Gedson, os quais sempre prezaram minha educação...

Ao meu namorado Willian, pela paciência e colaboração durante a elaboração do trabalho...

E aos demais amigos que me apoiaram de certa forma...

Aos professores do Curso de Geografia que contribuíram muito ao longo desses quatro anos...

A Prof. Msc. Débora Cristina Macorini Ocon, pela dedicação e empenho ao me orientar...

RESUMO

Este trabalho de pesquisa tem o intuito de apresentar os atrativos turísticos do município de Jardim - MS. e as políticas públicas relacionadas a conservação e preservação dos mesmos. Visto que a atividade turística no município possui potencial de desenvolvimento e expansão, em decorrência da disponibilidade de recursos naturais e organização de eventos com repercussão nacional e internacional. Esta análise está pautada nas reflexões das ciências geográficas, por meio do uso conceitual e histórico de Território/ Natureza/ Políticas Públicas e Turismo. Entende-se o Turismo como atividade humana que definem as relações sociais de um determinado local, para realização desse trabalho utiliza-se o método qualitativo, e como procedimento metodológico foram realizadas revisões bibliográficas, levantamento de dados primários, secundário e atividade de campo com a finalidade de compreender a complexidade do processo. Este trabalho de pesquisa apresenta a existência de Políticas Públicas de apoio ao Turismo amparadas no Plano Diretor Participativo do município, além de demonstrar o perfil do COMTUR (Conselho Municipal de Turismo), órgão responsável pelo Controle Social da atividade.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo; Políticas Públicas; Conservação.

ABSTRACT

This research aims to present the tourist attractions of the city of Jardim - MS and public policies related to conservation and preservation of them. Since the tourist activity in the city has potential for development and expansion, due to the availability of natural resources and organizing events with national and international repercussions. This analysis is guided in reflections of geographical sciences, through conceptual and historical use of Territory/ Nature/ Public Policy and Tourism. Tourism is understood as a human activity that defines the social relations of a particular location, for this we use the qualitative method as a methodological procedure and literature review, primary data collection, secondary and field activity with the purpose of were performed understand the complexity of the process. This research shows the existence of public policies in support of Tourism supported the management plan which the city and demonstrates the profile of COMTUR (Conselho Municipal de Turismo), the agency responsible for the Social Control of the activity.

KEYWORDS: Tourism; Public Policies; Conservation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Balneário Municipal.....	29
Figura 2 – Buraco das Araras.....	30
Figura 3 – Recanto Ecológico Rio da Prata.....	31
Figura 4 – Lagoa Misteriosa.....	32
Figura 5 – Carnaval.....	33
Figura 6 – Aniversário de Jardim.....	33
Figura 7 – Festival das Águas.....	34
Figura 8 – Réveillon.....	35
Figura 9 - Mapa do Macrozoneamento.....	38

LISTA DE SIGLAS

CAT - Centro de Atendimento ao Turista

CNTUR - Conselho Nacional de Turismo

COMTUR - Conselho Municipal de Turismo

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

GLS - Gays, Lésbicas e Simpatizantes

MRIT - Macrozona Rural de Interesse Turístico

MRPA - Macrozona Rural de Preservação Ambiental

OMT - Organização Mundial de Turismo

ONU - Organização das Nações Unidas

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

SIMMA - Sistema Municipal de Meio Ambiente

SNT - Sistema Nacional de Turismo

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

Sis-Tur - Sistema Turístico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. O TURISMO: TERRITÓRIO E TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS	13
1.1 O Tempo e o Turismo:	14
1.2 A Territorialização e as Tipologias do Turismo no Brasil	16
2. POLÍTICAS PÚBLICAS E O COMTUR	22
2.1. Políticas Urbanas e o COMTUR.....	24
3. O TURISMO EM JARDIM: EMPREENDIMENTOS E ATRATIVOS.....	28
3.1. Caracterização dos Atrativos Turísticos.....	28
3.1.1 Balneário Municipal de Jardim.....	28
3.1.2 Buraco das Araras	29
3.1.3 Recanto Ecológico Rio da Prata.....	30
3.1.4 Lagoa Misteriosa.....	32
3.2. Eventos Turísticos	32
3.2.1 Carnaval.....	32
3.2.2 Aniversário da Cidade.....	33
3.2.3 Festival das Águas.....	34
3.2.4 Réveillon.....	34
3.3. A Legalidade do Processo de Atuação do Estado.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
BIBLIOGRAFIA	42
ANEXOS.....	45

INTRODUÇÃO

Entre os diferentes fatores que impulsionaram a construção deste trabalho de pesquisa, destacou-se a necessidade de identificar os elementos de territorialização do Turismo no município de Jardim.

Geograficamente visualizar os elementos de territorialização do Turismo em Jardim, é de grande relevância, principalmente quando as centralidades das reflexões estão pautadas na estrutura humana e política de construção do Território.

Portanto, o objeto de estudo é a territorialização do Turismo, e o recorte espacial é o Município de Jardim, que está localizado na região Sudoeste¹ do estado de Mato Grosso do Sul, possui 24.346 habitantes (Censo demográfico/2010), sendo que há número significativo de concentração populacional na área urbana, o qual totaliza 22.741 e 1.605 na rural.

Entre as diversas atividades econômicas do Município, identifica-se a atividade turística como uma atividade com potencial de desenvolvimento e expansão, visto a disponibilidade de recursos naturais e a organização de eventos com repercussão e potencial que atraem visitantes de outras localidades.

Atualmente, a estrutura turística de Jardim está direcionada a diferentes perfis de visitantes, isto é, a atividade se define de acordo com a demanda, sendo de Dezembro a Fevereiro caracterizado por receber turistas com atividades relacionadas à contemplação dos elementos da Natureza, e em períodos definidos em calendário anual os eventos festivos apresentados no Capítulo III, desse trabalho.

É necessário salientar que, neste trabalho, a atividade turística é entendida como uma atividade humana, dotada de valores sociais e culturais, que transformam o território por meio de diferentes interesses, na maioria das vezes os interesses estabelecidos são de origem ideológica, econômica ou política, porém é transformada territorialmente com finalidades mercadológicas.

Conceitualmente é comum haver confusão na distinção entre turismo e lazer, segundo a OMT (Organização Mundial do Turismo), lazer [...] “é a atividade desenvolvida em tempo livre, geralmente objetivando repouso e entretenimento”. Enquanto o Turismo [...] “é um complexo de atividades centralizadas em viagem, ou seja, na movimentação horizontal do ser humano, entendendo-se que ele permaneça fora do seu domicílio habitual por mais de 24 horas e retorne àquele.”

¹ Definição regional do Caderno Geoambiental, disponibilizado no www.semac.ms.gov.br em 23 de abril de 2014.

Os objetivos deste trabalho de pesquisa são necessariamente: observar a intervenção do Estado em políticas públicas no desenvolvimento turístico do Município; verificar no Plano Diretor Participativo do Município de Jardim/MS, as ações propostas para a melhoria do desenvolvimento turístico local; analisar os projetos e políticas de preservação e conservação dos atrativos turísticos do Município, por meio da atuação pública e privada.

Dada essa distinção, foi feito o levantamento de políticas públicas que envolvem diretamente a intervenção do Estado para o Turismo e não necessariamente as atividades de lazer, diretamente as reflexões abordam os conceitos de Território e Turismo e correlacionam a forma e uso dos elementos da Natureza.

Para esse trabalho foi necessário o levantamento bibliográfico dos conceitos de Território e Turismo, para isso foi realizado leituras e fichamentos das obras que compõem o referencial bibliográfico. Esse procedimento metodológico é parte da análise geográfica dos atrativos turísticos e a forma de intervenção do Estado para inserção e fomento do Turismo em Jardim/MS.

Este trabalho foi realizado por meio de pesquisas qualitativas com levantamento bibliográfico e de dados primários e secundários, distribuídos da seguinte forma: Levantamento Bibliográfico (leitura e fichamentos de obras relacionadas aos conceitos de Território, Natureza e Políticas Públicas); Levantamento de dados primários, juntamente ao CAT (Centro de Atendimento ao Turista) e Conselheiros do COMTUR; Levantamento de dados secundários, juntamente com a Secretaria Municipal de Turismo e *sites* de órgãos públicos, para ter acesso ao cadastro dos atrativos turísticos.

O presente trabalho está organizado em 03 (três) capítulos, sendo que o primeiro capítulo faz uma pequena abordagem sobre o Território e em seguida traz os períodos os quais o Turismo passou até chegar aos dias atuais; em seguida é trabalhado a territorialização do Turismo e suas tipologias. O segundo capítulo trata das Políticas Públicas em Jardim e o papel do COMTUR (Conselho Municipal de Turismo) em fomento ao Turismo local, e ainda traz os resultados das entrevistas feitas com os representantes do COMTUR. Por fim o terceiro capítulo fala sobre a intervenção do Estado e o empoderamento social no que diz respeito ao Turismo em Jardim, traz uma tabela contendo as Leis que fomentam o Turismo, sendo a Constituição Federal, Política Municipal de Meio Ambiente, Política Municipal de Desenvolvimento e o Plano Diretor do Município de Jardim.

CAPÍTULO I

O TURISMO: TERRITÓRIO E TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-TERRITORIAIS

A abordagem teórica sobre Território está apoiada nas reflexões realizadas sobre o conceito por Claude Raffestin em sua obra *A Geografia do Poder*, é necessária *a priori* compreender que o conceito de Território pressupõe a relevante colaboração de que o poder está presente nas relações sociais.

Para isso, o Território é definido como um movimento social posterior ao espaço, sendo esse “[...] resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível e ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator "territorializa" o espaço.” (RAFFESTIN, 1980, p. 143)

Para Raffestin, Lefebvre é um dos autores que mostra o mecanismo do movimento de passagem do espaço ao território, para ele:

A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas etc. O Território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projeta um trabalho, seja energia e informação, e que conseqüentemente, revela as relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si. [...] O espaço não tem valor de troca, mas sim valor de uso, percebe-o como um elemento a ser utilizado. [...] O espaço é um "local" de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de se apoderar. (RAFFESTIN, 1980, p.143-144)

Sabendo-se que o Território é o espaço caracterizado com relações de poder em sua essência, destaca-se que o espaço é produzido a partir das necessidades estabelecidas pelos atores de poder. Uma das formas da sociedade construir o Território é por meio da atividade turística.

O Turismo, antes de caracterizá-lo como atividade econômica, é necessário compreender que a atividade é uma atividade humana construída ao longo do tempo e no espaço.

Para isso, deve-se considerar que o Turismo tem se constituído como uma das atividades econômicas, no capitalismo global, que mais cresce. Um dos motivos é as “[...] inovações tecnológicas ocorridas nos últimos 30 anos nas áreas de comunicação e transporte, as quais passaram a permitir a troca de informações e acesso às destinações turísticas com maior rapidez, eficiência e segurança”. (LICKORISH E JENKINS *apud* SILVA 2006, p.25)

1.1 O TEMPO E O TURISMO:

Silva (2006) corrobora ao descrever que o Turismo como atividade organizada passou por cinco grandes períodos, sendo esses: o prototurismo, o medieval, o moderno, o contemporâneo e o que se denomina, atualmente, Pós-Turismo.

A classificação do Turismo em períodos não necessariamente é obra de Silva, ele destaca a contribuição de URRY (2001); IGNARRA (2001); BARRETO (1995); LICKORISH E JENKINS KELLER (2005); HARVEY (1989); BATISTA (2002) ao refletir sobre a atividade turística, o destaque, para a classificação histórico-social nesse trabalho contextualiza as transformações territoriais da sociedade como um todo.

Período turístico: prototurismo

Neste período os gregos romanos tinham por habito realizar o Turismo sem nenhum motivo apenas por prazer, sendo este o traço marcante do período.

Período turístico: medieval

Período em o Império Romano se destacou por ter seus indivíduos praticando o turismo por prazer, porém como consequência das invasões bárbaras surgiram novas estruturas sociais, políticas e econômicas, os quais fizeram com que o Turismo por prazer deixasse de ter significado, e assim passaram-se a viajar por questões religiosas, como destaca BARRETO (1995) *apud* SILVA (2006, p. 26-27):

Esta sociedade feudal estava baseada na fixação do homem na terra; era essencialmente agrícola e cada feudo auto-suficiente, não sendo necessários deslocamentos para fora do feudo, já que não havia comércio. As antigas estradas feitas pelos romanos foram destruídas pelo longo tempo de desuso. Viajar, nesse contexto era perigoso e caro, implicava enfrentar muito desconforto, portando os Senhores e clérigos viajavam somente se fosse

imprescindível, por questões administrativas, oficiais, pela necessidade de saber ou por causa da fé.

Somente após o fim deste período é que o turismo volta a significar viajar por prazer para desfrutar do descanso em meio à Natureza.

Período turístico: moderno ou contemporâneo

A partir dos problemas causados pela urbanização desordenada e pela industrialização, somente quem possuía condições financeiras é que praticavam o Turismo, frequentando áreas naturais regularmente.

Este período marca também a mudança no perfil do turista e o aumento dos mesmos. Surgem neste período ainda as férias remuneradas, fato que marcou o crescimento do Turismo no pós guerra.

Após 1945 surge o Turismo Contemporâneo, que permeia até os dias de hoje, neste momento houve uma diminuição dos cruzeiros marítimos e dos transportes por ferrovias; a atividade turística foi regulamentada surgindo então as agências turísticas.

Para SILVA (2006, p.30),

O surgimento das férias remuneradas na Europa foi outro fato marcante na reestruturação e crescimento do Turismo no pós guerra. Este fator contribuiu para que as classes sociais menos favorecidas economicamente viajassem, aumentando assim o fluxo turístico, principalmente dentro dos próprios países.”

Após 1945, surge o período chamado de Turismo Contemporâneo, e este o período se dá até os dias atuais. “Esse período resulta de relações sociais, avanços na tecnologia, nas estruturas políticas e econômicas.” (SILVA, 2006, p.30)

Nesse Turismo Contemporâneo houve uma diminuição dos cruzeiros marítimos e de transportes por meio das ferrovias. A atividade turística é regulamentada, e se cria um padrão para as prestações de serviços e uma melhor qualificação dos produtos oferecidos. Surgem as operadoras turísticas, as quais acabam por substituir as empresas familiares, aumentam as redes hoteleiras e passa-se cada vez mais a usar a tecnologia da informação.

Período turístico: Pós-Turismo

O período chamado de Pós-Turismo é uma referência clara e ideal de condição pós-moderna², e a partir de 1980 as novas relações estruturais e organizacionais se constituirão ‘como uma nova fase.

Neste período o destaque foi da internet que deu aos turistas a possibilidade de ampliar seus conhecimentos e descobrir novas maneiras de satisfazer seus desejos por meio de áreas ainda não conhecidas e nem oferecidas pelo mercado turístico.

SILVA (2006, p. 32) destaca ainda que

No processo de consumo e produção, necessário ao desenvolvimento do Turismo, lugares esquecidos no tempo passaram a ser apropriados e redefinidos segundo as necessidades e os interesses do mercado turístico. Na dinâmica as peculiaridades dos locais, os patrimônios naturais e culturais foram e ainda estão sendo transformados em produtos turísticos, cujos significados originais e reais estão perdidos no ciclo de desenvolvimento da atividade. [...] o Turismo atual, resulta de valores sociais que regem a sociedade como um todo. Ele não é causa, mas efeito de relações sócio-político-econômicas que se vem estruturando, no mínimo, há cento e cinquenta anos e cujos reflexos têm sido notados no cotidiano das localidades onde ele se desenvolve.

O Turismo atual advém do processo de globalização da sociedade e da economia e abrange vários campos como político, social, cultural, etc. percebe-se então que o Turismo não é uma atividade recente, e que esta acompanha o movimento social e histórico das sociedades, distingue-se do processo turístico local, apresentando as tipologias que seguem no próximo subitem.

1.2 A TERRITORIALIZAÇÃO E AS TIPOLOGIAS DO TURISMO NO BRASIL

SILVA (2006, p.69), trata sobre os segmentos e as tipologias

Atualmente há diversos segmentos e tipologias envolvendo a prática do Turismo em ambientes naturais, principalmente naqueles cujas características permanecem alteradas pela atividade humana ou que permitam o resgate de um convívio equilibrado com a natureza. Essas práticas lembram e resgatam a vivência e a concepção de paraísos perdidos

² Não cabe nesse trabalho de pesquisa, apresentar os elementos inclusos na discussão epistemológica sobre pós-modernidade, mas elencar o que academicamente caracteriza o Turismo pós década de 80 do século XX.

ou de conquista de ambientes selvagens, permitindo, assim, àqueles que se propõe a isso, transpor desafios e limites impostos pelo mundo natural.

A concepção de natureza presente na atividade turística decorre de uma construção social, cheia de simbologismos e valores mercadológicos, os quais não estão estancados nem isolados de outros valores sociais. GONÇALVES (1990) *apud* SILVA (2006, p.69) destaca:

Toda sociedade, toda cultura cria, invente, institui uma determinada idéia do que seja a natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza, não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura.

Segundo SILVA (2006, p. 69-70) “o turismo de natureza possui três raízes básicas que são: o racionalismo, o naturalismo e o romantismo. Todas essas concepções [...] mostram as profundas relações que as sociedades estabelecem com seus ambientes ou até mesmo como elas os enxergam.”

No racionalismo a natureza deixa de ser uma ameaça para o desenvolvimento social, sendo que as experiências vividas nos permite compreender os processo naturais, e assim deixarmos de ser submissos ao nosso meio; o romantismo preocupava-se com as tradições culturais, e dava ênfase á sentimentos já perdidos após a implementação do turismo; para o naturalismo não existia subjetividade, e a relação homem – natureza não era das melhores, porém há que defendia que esta relação era harmônica, a partir daí, percebe-se que a relação do homem com a natureza causavam problemas que não estavam em harmonia com o equilíbrio natural, então assim, o homem é visto como o principal responsável pelos desequilíbrios naturais e somente ele podia trazer a mudança.

SILVA (2006, p.75) diz que:

Com essa atitude os naturalistas pretendiam construir no imaginário social, uma natureza sem conflitos, regido por um padrão de organização que [...] deveria servir de modelo para a sociedade, o que, diga-se de passagem, demonstrava-se extremamente contraditório, haja vista os valores sociais predominantes.

O isolamento da natureza dito por SILVA (2006) é entendido como que o ser humano deve se naturalizar. É comum a visão da externalização da Natureza, isso quer dizer o homem é visto pela sociedade como um elemento fora das relações naturais.

Os ideais, já citados anteriormente, do Romantismo e Naturalismo, estão sempre presentes nos desejos dos turistas, que geralmente acabam por pagarem valores elevados na

busca pelo paraíso perdido, mesmo que por pouco tempo, buscam, principalmente, por um ambiente em que eles possam se distanciar da rotina moderna do dia-a-dia, criando uma natureza intocada. DIEGUES (1996) *apud* SILVA (2006, p.76) destaca:

O chamado “Turismo ecológico”, realizado em parques e reservas está também imbuído desse neomito de natureza intocada e selvagem. Ao contrário, no entanto, dos objetivos dos primeiros parques norte-americanos, o turismo ecológico é ainda mais elitista, reservado aos que podem pagar tarifas especiais.

Portanto, a ideia de natureza, que vai muito além de atividade turística é vista, assim, como um produto, que com a ausência do homem agrega mais valor mercadológico, e para o Turismo a natureza é matéria-prima para contemplação.

Segundo Luchiari (1998) *apud* Cruz (2002, p.16),

As paisagens turísticas, por sua vez, não existem, *a priori*, como um dado da natureza. Diferente das paisagens urbanas, rurais, industriais, entre outras, as paisagens turísticas não se caracterizam por um sistema de objeto, mas deriva-se de valores culturais de determinadas paisagens, deste modo, toda paisagem pode ser turística.

O Turismo diferentemente de qualquer outra atividade produtiva, consome espaço, e esse fator é o que o torna diferente de outras atividades produtivas. Portanto, é a partir deste processo de consumo de espaços para o turismo que se gestam os territórios turísticos.

SILVA (2006, p.78), destaca que:

Termos como ecoturismo, turismo brando, turismo de menor impacto, turismo ecológico, turismo ambiental, turismo de aventura, turismo sustentável, turismo alternativo entre outros são utilizados, em muitos casos, como sinônimos, o que é um equívoco. Apropriados pelo mercado turístico como instrumentos de marketing e pelas políticas públicas na forma de discursos desenvolvimentistas, esses termos, por repetição e senso comum, têm criado uma imagem distorcida da capacidade do Turismo de causar impactos negativos em seu ciclo de desenvolvimento, impossibilitando a contestação e o avanço de uma crítica mais efetiva.

Desta maneira não se pode espalhar a ideia de que toda atividade turística que envolva produtos ligados a natureza, ou seja, realizados em ambientes naturais seja denominado de turismo alternativo ou ecoturismo, pois até a Natureza mais intocada, com a atividade turística se modifica para fins mercadológicos.

Outro ponto destacado por Silva (2006, p. 79) é que “no Brasil a exploração dos patrimônios naturais e sócio-culturais para a implantação de atividades turísticas tem se demonstrado demasiadamente voraz e efêmera.”

Há lugares em que o turismo se excede muito rapidamente, causando graves impactos negativos³ aos elementos natureza, porém estes mesmos lugares demonstram que mesmo com suas práticas turísticas intensas, suas áreas estão habitualmente, preservadas e conservadas.

SILVA (2006, p.80), caracteriza o segmento de mercado “como um conjunto de consumidores com características muito semelhantes, que assim, geram uma demanda efetiva e, conseqüentemente, ocasionam o surgimento de atividades e produtos específicos direcionados a saciar desejos e ansiedades latentes.”

O Turismo demanda o arranjo de serviços e atrativos dependendo de sua categoria, a cada categoria a estrutura é modificada. Para Silva (2006, p. 80), isso seria uma segmentação do Turismo, e cita como exemplo: o turismo de negócios, o turismo GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), o turismo da melhor idade, o ecoturismo e o turismo de natureza.

A tipologia turística diz respeito somente aos tipos de turismos, às categorias de Turismo que se desenvolvem a partir de um segmento. Ela corresponde a um sistema de classificação que permite estabelecer traços e características, visando à identificação das atividades predominantemente desenvolvidas durante a prática do Turismo. Dessa maneira dentro de um mesmo segmento turístico, pode haver duas ou mais tipologias turística envolvidas, condição muito comum quando se analisa pólos receptores de fluxo turístico.

Sendo assim a diferença, entre segmento turístico e tipologia turística está na capacidade do primeiro de agregar atividades que caracterizam um ou mais tipos, as quais se materializam com a produção de produtos específicos e direcionados ao perfil do turista daquele seguimento.

Segundo SILVA (2006, p.81):

Ecoturismo é um segmento de mercado e não uma tipologia turística, como amplamente divulgada, principalmente pelo mercado turístico. Como segmento, é capaz de agregar diversas tipologias, inclusive aquelas que não têm como matéria-prima básica natureza, ou áreas naturais que não reflitam uma condição tão primitiva.

³ Impactos negativos nesse trecho são entendidos como ações que impedem ou regridem o desenvolvimento natural.

Além do ecoturismo, o do turismo de natureza é também importante para compreender termos como Turismo alternativo e Turismo de aventura. O Turismo alternativo é a atividade que envolve baixo fluxo de turistas, turistas estes que possuem perfis bem peculiares e incomuns, e a venda de produtos turísticos é uma prática em que há pouco impacto ambiental. O Turismo de aventura é derivado de práticas esportivas, para que ele possa ser realizado, é necessário que exista equipamentos específicos, guias e monitores e caracteriza-se por realizar atividades que envolvam imprevistos ou riscos calculados.

Além das tipologias é necessário destacar que para KNAFOU (1996) *apud* CRUZ (2002, p. 18), “ao focar as relações entre turismo e território, indica a existência de três possibilidades distintas, para o autor existem os ‘territórios sem turismo’, ‘turismo sem território’ e ‘territórios turísticos’.”

São consideradas como turismo sem território “as viagens virtuais, aquelas realizadas sem sair de casa, pelo computador, a qual encontra muitos questionamentos por contrariar as definições de turismo, que é uma atividade tem no espaço o seu principal objeto de consumo.” (CRUZ, 2002, p.19)

Para KNAFOU (2006) *apud* CRUZ (2002, p.21)

Os turistas, os mercados e os promotores territoriais formam a estrutura da atividade turística, esses estão correlacionados com a questão cultural, aos produtos turísticos e o território é um desses, aqui consideramos que o Estado é interventor nesse processo e os avanços científicos e tecnológicos é o meio de justificação e transformação do lugar.

Os promotores territoriais são atores ou grupos que atuam para promover o lugar a mercado, o interessante neste caso é que estes promotores territoriais ignoram o mercado e as praticas turísticas, acarretando assim, na construção de lugares turísticos fantasmas.

Na relação turismo- urbano, há três diferentes situações, a primeira é que o processo de urbanização acontece muito antes do processo turístico, isto é antes mesmo de a atividade turística ser caracterizada como atividade econômica, a urbanização já ocorria; a segunda situação é que o processo de urbanização é também de urbanização turística, ou seja, ocorre ao mesmo tempo, a relação turismo e urbano se manifestam mais evidentemente; a terceira e ultima situação é quando o processo de urbanização só acontece por causa da implantação do turismo naquele local.

A infra estrutura necessária ao turismo e ao espaço urbano na maioria das vezes são resultados de políticas públicas, apoiado nisso destaca-se a seguir as políticas públicas em diferentes esferas que se relacionam com a territorialização do Turismo.

CAPÍTULO II

POLÍTICAS PÚBLICAS E O COMTUR: A intervenção do Estado em diferentes esferas

O processo de inserção do Turismo no Brasil é complexo, isso porque está atrelado ao desenvolvimento e formas de organização social do território.

Pode-se destacar que atualmente o Turismo tem sido visualizado como uma possibilidade econômica para algumas localidades do Território, principalmente os lugares que dispõe de belezas naturais exóticas ao cotidiano urbano. O exemplo disso é perceptível em áreas litorâneas, montanhas, grutas, rios, e entre outros, elementos naturais, os quais são transformados em mercadoria pelas relações sociais, com o objetivo de satisfazer o setor econômico.

O papel do Estado está atrelado ao Turismo no Brasil, porém antes de compreendermos isto, tem se de entender a sociedade brasileira. Não podemos pensar o Turismo como uma atividade importante para a sociedade, sem antes tratar sobre as bases necessárias para se implantar e desenvolver o Turismo, incluindo-se aqui educação, transporte, saúde, segurança e principalmente moradia. Se antes de qualquer coisa tudo isso for organizado, o fluxo turístico seria bem maior.

O Estado tem tido papel de principal interventor do processo de territorialização turística nos municípios brasileiros, isso em diferentes escalas, as políticas públicas são observadas em esfera nacional, estadual e municipal, as quais serão destacadas nesse trabalho.

Em alguns casos, o mercado turístico e o Estado nas instâncias federal, estadual e municipal, passam a defender que as atividades turísticas desenvolvidas sob esses rótulos constituem-se como uma categoria menos impactante e capaz de proteger, preservar e conservar os patrimônios naturais e socioculturais das comunidades receptoras, fato que não é permitido por atividades econômicas mais tradicionais como indústria e agropecuária.

Segundo Cruz (2002, p. 40) “uma política pública de Turismo pode ser entendida como um conjunto de intenções, diretrizes estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público,

em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território.”

Para CRUZ (2002, p.40-41)

No Brasil apenas duas políticas públicas de turismo foram instituídas. A primeira pelo Decreto-Lei 55 de 18 de novembro de 1966, a qual define a Política Nacional de Turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo (CNTUR) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR); a segunda foi instituída em 1996, decorrente da Lei 8. 181/91 e do Decreto 448/92.

Entretanto mesmo antes de a primeira política pública ser instituída, já havia outras políticas federais para o turismo, pois até então as políticas nacionais restringiam-se apenas a uma parcela da atividade turística, e nos anos que separam as duas políticas públicas foram criadas novas leis, decretos, resoluções, etc., que regularizavam a atividade.

O Turismo de sucesso é aquele em que o turista encontra o que está procurando. Existem lugares turísticos, em que há a necessidade de pessoas “capacitadas”, a falta de planejamento⁴ prévio, o turismo é um processo, e com ele aumenta a necessidade de se ter uma infraestrutura adequada, a qual o turista procura. E o que muitos lugares turísticos precisam é de recursos financeiros para se adequar ao gosto do turista, e isso depende das tais políticas públicas.

A participação do Estado brasileiro no fomento do Turismo não é recente. As primeiras políticas de incentivo à atividade datam de 1960, momento em que foi definida a primeira Política Nacional de Turismo, que previa incentivos fiscais e isenção de impostos para o setor. Todavia isso não foi suficiente para transformar atividade num segmento econômico relevante para a economia brasileira. [...] Na década de 1960, é fundado a EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo) e também o CNTur (Conselho Nacional de Turismo) e o Sistema Nacional de Turismo (SNT). Mas o desprestígio da atividade era tamanho, que somente a partir de 1970 a EMBRATUR passa a desenvolver suas atribuições de maneira sistematizada, realizando, assim, os estudos econométricos sobre as atividades turísticas no país. (SILVA 2006, p.34)

CASIMIRO FILHO (2002) *apud* SILVA (2002, p.35) diz que entre os objetivos setoriais a serem implantados para desenvolvimento do Turismo no país, o governo federal, por meio da EMBRATUR determina que devem-se:

- Promover o desenvolvimento local sustentável nos municípios turísticos;

⁴ Considera que a atividade turística deve ser planejada quando pensada para satisfazer a necessidade mercadológica.

- Criar ambiente para a geração de empregos, redução das desigualdades regionais e a inclusão social;
- Inserção competitiva do Brasil no mercado internacional visando aumentar as exportações e equilibrar a balança cambial;
- Garantir direitos e qualidades na prestação de serviços turísticos ao consumidor;
- Promover e buscar a formatação, diferenciação e comercialização de produtos turísticos nos municípios;

O desenvolvimento sustentável vai garantir que estes municípios permaneçam recebendo turistas, e não só por suas belezas naturais, mas por ser também sustentável, o que vai aumentar as oportunidades de empregos, reduzir as desigualdades e promover a inclusão social no âmbito turístico. Estes fatores irão inserir o Brasil no mercado internacional, fazendo com que as exportações aumentem e que a balança comercial se equilibre, garantindo assim aos consumidores direitos e uma melhor qualidade na prestação dos serviços turísticos e com o capital adquirido pode-se assim, otimizar a comercialização dos produtos turísticos.

Com a implantação da Política Nacional do Turismo, as cidades do interior acabaram por “receber” o Turismo, isto é, exploraram mais os seus recursos naturais intensificando seu potencial turístico. Atualmente o Turismo existe em muitos lugares antes nunca imaginados, e até mesmos lugares que antes eram impossíveis de se imaginar recebendo milhares de turistas anualmente.

As políticas públicas foram e são arranjos que territorializam novos destinos turísticos, isso significa instituir novos espaços e arranjos, os quais, muitas vezes, são conflitantes entre si e cujas consequências são os impactos negativos a Natureza, o que já foi discorrido, como é uma atividade humana ao ser transformada para satisfazer o mercado ela se redefine e redefine a estrutura do lugar.

2.1 POLÍTICAS URBANAS E O COMTUR

As políticas urbanas foram criadas com o intuito de satisfazer as necessidades básicas de uma população, entretanto, o que ocorre é o contrário. Existem lugares que possuem potencial turístico, porem, o Turismo não tem acesso, pela falta de iniciativa do poder público, que permitam este acesso. Não se deve primeiramente pensar no Turismo, mas

na população, pois é a partir desta que o Turismo vai se intensificar, portanto, devem satisfazer as necessidades da população para se ter uma maior ênfase no Turismo.

Para CRUZ (2002, p.35):

O desempenho econômico do turismo, mesmo ele sendo essencialmente urbano, depende das políticas públicas e regionais que possam vigorar no país. No que diz respeito ao turismo, a atuação do poder público no Brasil, ignorou o complexo conjunto de relações em que a atividade está inserida. A falta de relação entre as políticas de turismo, urbanas e regionais, é exemplo da visão estreita que permeou a elaboração de ambas.

A intervenção do Estado quando direcionada a “organização” das cidades e até mesmo no campo podem ser apropriadas pelos promotores territoriais em decorrência da territorialização da atividade turística.

Os conselhos como forma de gestão pública foram defendidos por Arendt (1973) *apud* Gohn (2002, p.2), [...] “os conselhos são a única forma possível de um governo horizontal; um governo que tenha como condição de existência a participação e a cidadania.”

Sobre os conselhos, Gohn (2002, p 12) destaca:

Os conselhos gestores são de caráter interinstitucional. Eles têm o papel de instrumentos mediadores na relação sociedade - Estado e estão inscritos na Constituição de 1988. Constituição essa que adotou como princípio geral a cidadania e previu instrumentos concretos para seu exercício via democracia participativa.

O Conselho Municipal de Jardim é composto por 07(sete) representantes sendo eles indicados: 1 pelo Prefeito Municipal; 1 pelo poder Legislativo municipal; 1 pelos guias turísticos locais; 1 pelos proprietários dos atrativos turísticos; 1 pela Associação Comercial, Industrial e Agropastoril; 1 pelo diretório acadêmico da UEMS, e; 1 pela imprensa municipal. Neste conselho não há representante da sociedade civil entre os conselheiros, somente do poder público.

Segundo a Constituição de 1988, a sociedade civil tem o direito de participar dos conselhos, a fim de opinar na construção, implantação e principalmente na gestão de áreas de conservação, garantindo a proteção de um bem que é de uso comum a todos e essencial a vida saudável. Sobre essa questão o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) enfatiza

A importância da participação da sociedade civil no processo de criação, implantação e gestão das áreas protegidas, assegurando o que preconiza a Constituição brasileira de 1988 ao que se refere ao conceito de bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida saudável. O mecanismo de fortalecimento da gestão participativa previsto no SNUC é a formação dos Conselhos Gestores, com representação em sua composição, de 50% de organizações da sociedade civil, com caráter consultivo ou deliberativo. [...] Os diferentes graus de conhecimentos sobre legislação, educação e percepção ambiental por parte dos membros das organizações da sociedade civil que fazem parte dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e dos Conselhos Gestores de Unidades de Conservação são fatores para avaliar as carências dos atores sociais, para direcionar políticas públicas de educação ambiental e gestão participativa do meio ambiente. MAGALHAES; BONONI; MARCANTE (2010, p. 184)

Apesar de haver a formação do COMTUR em Jardim, verifica-se que nem todos os seguimentos da sociedade participam das decisões. É relevante destacar que tentei a participação nas reuniões do COMTUR, como ouvinte, porém ao procurar funcionários do CAT para saber a data das reuniões nunca obtive as informações necessárias, deixei até meu contato para me avisarem, porém nunca fui informada e quando procurava de novo, a reunião já havia ocorrido, portanto todas as tentativas de participar das reuniões foram em vão. Analisando essa questão podemos perceber que se um acadêmico que esta a procura dessas informações, que inclusive são públicas, não consegue, imagina-se um cidadão que queira participar também dessas reuniões, é provável que também não consiga.

Para verificar quais os atores de poder têm atuado na organização do Turismo em Jardim, por meio do controle social, foi necessária a realização de entrevistas com os representantes do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) do município de Jardim (ANEXO 1), porém apenas 05 (cinco) representantes foram entrevistados, porque não foi possível obter o contato ou até mesmo email dos outros membros. De 100% foi possível entrevistar apenas 71,4% dos representantes.

Destes 71,4%, apenas 7,14% estão a mais de 03 (Três) anos no Conselho, porém estes representantes não estão vinculados a nenhum tipo de governo; 4,7% são representantes de setores privados; não foi possível entrar em contato com representantes do setor público.

Na questão em que toca na importância do Conselho, todos responderam que o conselho é muito importante, pois o atua bastante na questão turística do município, e pode trazer melhorias para o Turismo Local, com os investimentos que o Poder Público lhes oferece.

E quando foi questionado o conhecimento da Legislação Ambiental todos os entrevistados, consideraram que conhecem o suficiente da Legislação, isto é, os representantes do Conselho de Turismo do Município, sabem apenas o que lhes cabem saber, ou seja, eles não procuram saber mais sobre a Legislação, o que sabem já está bom, é o necessário.

Para todos os representantes que responderam ao questionário (100%), os empreendimentos turísticos mais atrativos do município são o Buraco das Araras, Recanto Ecológico Rio da Prata, Lagoa Misteriosa e Balneário Municipal. Pois todos estes atrativos mostram individualmente suas particularidades que geram renda ao município e empregos à população de toda a região.

Sobre a economia do município, 4,7% não consideram esta dinamizada pelo Turismo. Segundo os entrevistados falta muito para o Turismo dinamizar a economia do município.

Todos consideram insuficientes os investimentos do Poder Público para o setor turístico de Jardim, há ainda lugares não explorados pelo Turismo que quando fora explorado poderá trazer muito mais capital para o município. Mas com pouco investimento do Poder Público não há como investir mais no Turismo, abrir novos empreendimentos turísticos, como alguns dos representantes sugeriram; realizar eventos culturais, entre outros eventos que possam atrair turistas. Com um investimento maior a publicidade, a divulgação do Turismo local aumentaria, aumentando assim o numero de visitantes aos atrativos.

Esta pesquisa quantitativa demonstrou a complexidade que é para se tomar as decisões nessa política pública. Percebeu-se a dificuldade que os cidadãos possuem em participar das reuniões do COMTUR, que na teoria deveria ser aberta ao público.

CAPÍTULO III

O TURISMO EM JARDIM: EMPREENDIMENTOS E ATRATIVOS

O Município de Jardim esta entre os três municípios Sul Mato-Grossenses que integram o complexo turístico da Serra da Bodoquena. Jardim possui pontos de atração turística e de beleza natural, devido à diversidade de ecossistemas e, ao elevado nível de concentração de calcário no solo da região oeste do Município, que deixa os rios com transparência e limpidez, formando também cachoeiras e grutas, além de ter parte de suas terras abrangidas pelo Parque Nacional da Serra da Bodoquena.

Além das belezas naturais o Município possui potencial no Turismo Histórico-Cultural, pois contém vários monumentos históricos relacionados ao período da Guerra do Paraguai, território esse que marcou a história de territorialização administrativa do Brasil.

Ao procurar o CAT (Centro de Atendimento ao Turista), foi me passado que os atrativos que estão cadastrados na Prefeitura Municipal são o Buraco das Araras, Balneário Municipal, Recanto Ecológico Rio da Prata e Lagoa Misteriosa, monumentos históricos como o Cemitério dos Heróis, e locais atrativos como o Balneário do Seu Assis entre outros não estão cadastrados na Prefeitura Municipal como atrativo turístico, por não atrair muitos turistas, quanto outros.

O Município possui atrativos naturais e eventos festivos que movimentam e redefine o território, para entender isso foi realizado a caracterização dos empreendimentos turísticos e fotografados.

3.1. CARACTERIZAÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS

3.1.1 Balneário Municipal de Jardim (FIGURA 1):

Situa-se aproximadamente a 35,5km⁵, dispõe-se de infra estrutura com área de alimentação, quadra de vôlei de areia, *decks* de acesso ao rio adaptados á portadores de

⁵ A distancia está relacionada ao CAT (Centro de Atendimento ao Turista).

necessidades especiais. Possui equipe de salva-vidas, ambulância de plantão, churrasqueiras fixas e individuais, sanitários, duchas, estacionamento.

O valor da entrada por visitante é de R\$5,00 por pessoa para quem é do município, e para quem é de fora R\$15,00. O funcionamento é todos os dias das 08h00min às 17h00minhs, este atrativo está vinculado às atividades de turismo, no entanto é uma infra estrutura utilizada para o lazer, isso se comprova na diferença de pagamento de entrada

FIGURA 1 – BALNEÁRIO MUNICIPAL



Nesse atrativo há crítica em relação à manutenção da infraestrutura, ao ser verificado nas fotos comparativas (FIGURA 1).

3.1.2 Buraco das Araras (FIGURA 2):

Situa-se aproximadamente a 28 km. Possui uma formação geológica resultante do desmoronamento de blocos rochosos criando uma cavidade de 500 m de circunferência e 127 m de profundidade. É realizado um passeio contemplativo que dura aproximadamente 1 hora entorno do buraco. Possui lagoa de água esverdeada ao fundo, rodeada por Biodiversidade, entre os animais observa-se a existência de jacaré na lagoa, além de 120 espécies de aves, mamíferos, quati entre outros.

Privado esse atrativo possui o valor é de R\$45,00 por pessoa e criança de 07 a 10 anos é de R\$35,00. O funcionamento é das 07h00min às 18h00minhs.

A propriedade em que se localiza o Buraco das Araras é uma Unidade de Conservação, de uso sustentável enquadra-se em RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural).

FIGURA 2 – BURACO DAS ARARAS



3.1.3 Recanto Ecológico Rio da Prata (FIGURA 3):

Situa-se aproximadamente a 37,8 km, dispõe-se de aquário natural com observação de ictiofauna, tais como: piraputangas, dourados entre outros. O local tem capacidade estimada para 150 pessoas/dia, assim são distribuídos por grupos que têm tamanho limitado e acompanhados por um guia especializado.

O visitante pode realizar passeio ecológico por trilhas, flutuação e mergulho (com cilindro) com duração de 2 horas. O empreendimento oferece estrutura com sanitários, estacionamentos e almoço servido na sede da fazenda. Esse atrativo assim como o Buraco das Araras é privado o horário de funcionamento é das 07h30min hr às 15h00minhr, todos os dias

com o valor (por pessoa) da flutuação (com almoço) de R\$ 168,00 e o mergulho de R\$ 225,00.

FIGURA 3 – RECANTO ECOLÓGICO RIO DA PRATA



Fonte: Cat (Centro de Atendimento ao Turista), 2009

3.1.4 Lagoa Misteriosa (FIGURA 4):

Situa-se aproximadamente a 38 km, também. É uma lagoa de água azul que impressiona por sua transparência e profundidade. A lagoa fica no fundo de uma dolina, um tipo de formação geológica similar a um buraco, com 75 m de profundidade, uma das mais profundas entre as cavidades inundadas do Brasil com mais de 220 m de profundidade. Tem como atividades oferecidas trilha, flutuação e mergulho. Diferente dos demais seu funcionamento é temporário e vai de Abril á Setembro das 07h30min às 14h00min. O valor (por pessoa) é de R\$ 292,00 (mergulho com cilindro) e R\$ 130,00 (flutuação).

FIGURA 4 – LAGOA MISTERIOSA



Fonte: CAT (Centro de Atendimento ao Turista - Jardim/MS), 2009.

3.2 EVENTOS TURÍSTICOS

3.2.1 Carnaval (FIGURA 5)

O carnaval tradicionalmente movimenta foliões de diferentes origens, sendo realizado na Praça do Encontro, com bandas brasileiras, entrada gratuita, é um dos eventos que envolvem os munícipes, é uma possibilidade das atividades de trabalho com barracas alimentícias, produtos turísticos, estes trabalhadores são chamados de vendedores ambulantes, que vendem seus produtos durante o evento e para isso pagam uma taxa (valor não especificado) para a prefeitura.

FIGURA 5 - CARNAVAL



3.2.2 Aniversário da Cidade (FIGURA 6)

O aniversário da cidade é no dia 14 de maio, este evento que dura por pelo menos dois dias, possui shows com atrações nacionais, regionais e locais. No dia 14 de maio tem o desfile cívico militar, geralmente são inauguradas novas obras públicas e acontece o lançamento do Calendário Cultural que contem todos os eventos oficiais do município.

FIGURA 6 - ANIVERSÁRIO DA CIDADE



3.2.3 Festival das Águas (FIGURA 7)

Festival lançado no mês de novembro de 2013, pela Prefeitura Municipal de Jardim juntamente com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o festival tem como objetivo debater tanto com as autoridades locais quanto com as do país, o tema “Água”. Durante o evento ocorreram palestras, seminários, teatros, debates e gincanas.

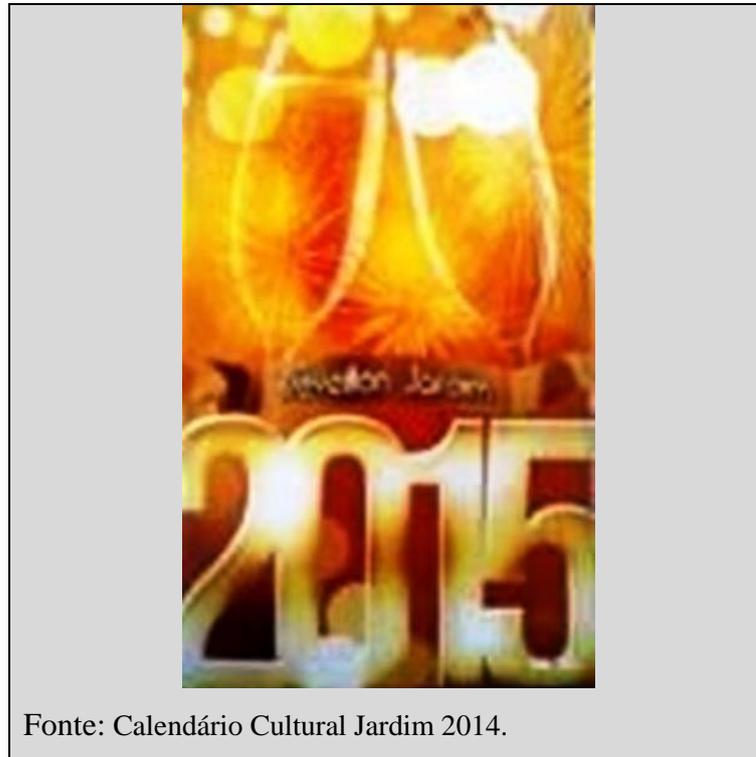
FIGURA7 – FESTIVAL DAS ÁGUAS



3.2.4 Réveillon (FIGURA 8)

Todos os anos ocorrem a queima de fogos na cidade, para a virada do ano, acontece na Praça do Encontro, assim como o carnaval, com atrações musicais, movimentam milhares de pessoas, segundo informações obtidas no CAT (Centro de Atendimento ao Turista).

FIGURA 8 – RÉVEILLON



3.3 A LEGALIDADE DO PROCESSO DE ATUAÇÃO DO ESTADO

Em formato documental é possível perceber a intervenção do Poder Público em diferentes esferas de atuação no que diz respeito ao desenvolvimento do Turismo em Jardim, por meio do levantamento documental e bibliográfico destaca-se a Constituição Federal, a Lei Federal nº 10.257/2001 e a lei Orgânica Municipal, vinculadas ao modelo pós-Turismo.

Entre os diferentes elementos fixadores do Turismo, a legitimação da atividade por meio de lei tornou-se uma discussão ampla mundialmente, para essa pesquisa destacaremos trechos de normativas legais que amparam a atuação do Estado.

No texto das leis é perceptível a existência de palavras e até mesmo frases que fortalecem e ampara o desenvolvimento do Turismo, para reforçar e destacar isso, os trechos foram grifados.

Essa parte do texto trata-se de citações diretas, realizadas na íntegra em relação à original, pois são aspectos que correlacionam com a intervenção do Poder Público na

territorialização do Turismo, entende-se aqui que o interesse de desenvolvimento do Turismo local, parte da atuação direta dos empresários, mas com intervenção “legal” do Estado em diferentes esferas.

Constituição Federal – LEI N° 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001

Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Art. 4º Para os fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos:

I - planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

II - planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;

III - planejamento municipal, em especial:

a) plano diretor;

b) zoneamento ambiental;

VI - estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).

Política Municipal de Meio Ambiente

Art. 3º. São objetivos da Política Municipal de Meio Ambiente:

I - articular e integrar as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos diversos órgãos e entidades do Município, com aquelas dos órgãos Federais e Estaduais, quando necessário;

II - articular e integrar ações e atividades ambientais intermunicipais, favorecendo consórcios e outros instrumentos de cooperação;

III - identificar e caracterizar os ecossistemas do município, definindo as funções específicas de seus componentes, as fragilidades, as ameaças, os riscos e os usos compatíveis;

IV - compatibilizar o desenvolvimento econômico e social à preservação ambiental, à qualidade de vida e ao uso racional dos recursos ambientais, naturais ou não;

VIII - preservar e conservar as áreas protegidas no município;

XII- promover a conservação, a recuperação ambiental e a utilização sustentável dos remanescentes de vegetação nativa de Mata Atlântica no município;

Art. 5º. Para o cumprimento do disposto no art. 30 da Constituição Federal, no que concerne ao meio ambiente, consideram-se como de interesse local:

V - a defesa e proteção ambiental da Serra da Bodoquena, das cabeceiras dos principais rios e região

pantaneira, e de áreas de interesse ecológico e turístico, mediante convênios e consórcios com municípios da Região;

VII - a criação, implantação e manutenção de parques, reservas e estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e as de relevante interesse ecológico e turístico, entre outros;

Política Municipal de Desenvolvimento

Art. 7º. A Política Municipal de Desenvolvimento tem como objetivo central orientar o futuro do município e a promoção do desenvolvimento de Jardim, de acordo com os princípios de sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental, por meio da potencialização de sua vocação como:

II – município concentrador de atividades do setor terciário da economia, com enfoque ao atendimento de demandas geradas pelos municípios do seu polo microrregional e ainda aquelas ligadas ao desenvolvimento do turismo de negócios.

Art. 9º. O objetivo central da Política Municipal de Desenvolvimento será atingido mediante a adoção dos seguintes eixos estratégicos:

IV – fortalecer e complementar o turismo sustentável, apoiado nas potencialidades locais e preservação do meio ambiente, de forma a privilegiar a inserção social, a geração de emprego e renda da população Jardimense;

VI – buscar parcerias com municípios vizinhos e/ou integrantes do Pólo Turístico Serra da Bodoquena para o desenvolvimento e fortalecimento regional;

VII – preservar, recuperar e valorizar o meio ambiente natural de Jardim;

Art. 10. A Política Municipal de Desenvolvimento Urbano tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida na macrozona urbana, mediante:

II – a preservação ou conservação ambiental;

Art. 11. A Política Municipal de Desenvolvimento Urbano será implementada com a observância das seguintes diretrizes:

IV – preservação, conservação e recuperação do meio ambiente, da paisagem urbana e dos locais de lazer consagrados pela utilização pública, além da prevenção e mitigação de impactos ambientais negativos;

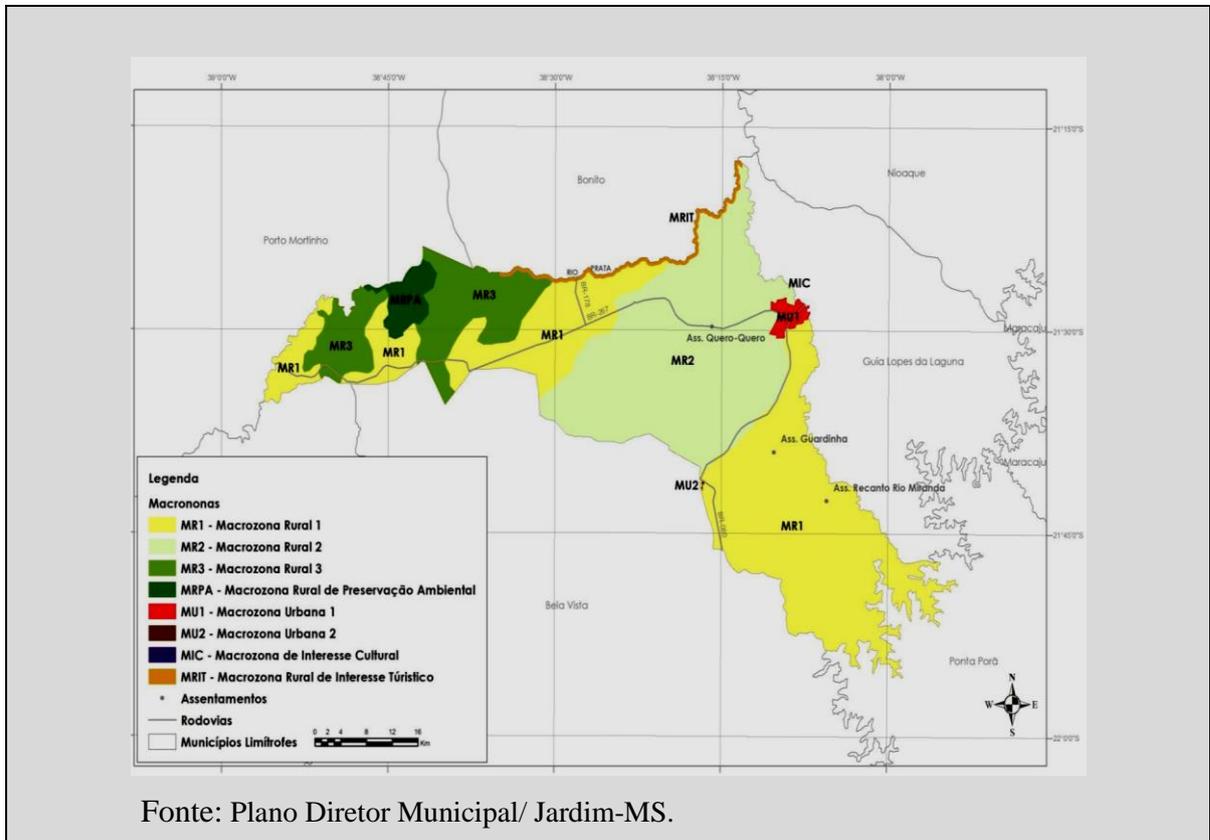
Art. 23. A Macrozona Rural de Preservação Ambiental (MRPA) compreende a porção do Parque Nacional da Serra da Bodoquena presente no território municipal de Jardim, constituindo-se em unidade de conservação na categoria de proteção integral.

Art. 24. A preservação dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica é a principal função desta macrozona.

Art. 26. A Macrozona Rural de Interesse Turístico (MRIT) compreende a área ao longo do Rio Prata,

indicada no mapa de macrozoneamento (FIGURA 9) com uma faixa média de 500 metros a partir da margem do rio, contando com a presença de Matas Ciliares bem preservadas.

FIGURA 9 - MAPA DO MACROZONEAMENTO



Art. 27. São diretrizes para a MRIT:

I – explorar o turismo sustentável;

II – desenvolver atividades econômicas com uso responsável de recursos naturais;

III – apoiar a oferta de produtos turísticos que valorizem os aspectos culturais e sociais da região;

IV – controlar o uso e ocupação do solo com busca contínua de prevenção e minimização de possíveis impactos negativos decorrentes da atividade turística, tanto no âmbito ambiental quanto social;

V – compatibilizar atividades turísticas com atividades sustentáveis relacionadas a outros setores econômicos, com manejo adequado das produções;

VI – apoiar as parcerias público-privadas e a organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários.

Plano Diretor do Município de Jardim

Art. 1º. Esta Lei institui o Plano Diretor do município de Jardim e contém os objetivos e as diretrizes das políticas municipais para o desenvolvimento sustentável e a consolidação urbana do município, segundo os fundamentos da Lei Orgânica Municipal e conforme o disposto na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e na Constituição Federal de 1988.

Art. 6º. São objetivos gerais deste Plano Diretor, a fim de orientar as políticas municipais setoriais:

VII – promover a proteção, preservação e recuperação das características paisagísticas e ambientais do município;

A Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 fora destacada pois juntamente com a Lei Orgânica Municipal e com a Constituição Federal de 1988, fundamental as diretrizes do Plano Diretor Municipal de Jardim que visam o planejamento municipal e zoneamento ambiental.

A Política Municipal do Meio Ambiente visa desenvolver atividades ambientais intermunicipais para que outros locais ainda não explorados pelo Turismo possam interagir com outros já explorados, e com isso talvez conseguir investimentos do Poder Público, e assim também tornar-se um município turístico. Ao serem identificados e caracterizados os ecossistemas do município, temos uma noção de quais as fragilidades, as ameaças e os riscos que o ecossistema corre se não soubermos usar corretamente as condições que ele nos proporciona. Os trechos destacados nesta lei são importantes, pois definem o que é necessário ser feito para que se faça um uso racional dos recursos ambientais, sejam eles naturais ou não.

A Política Municipal de Desenvolvimento visa orientar o futuro do município, promovendo o desenvolvimento do município, com base na sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental. Os pontos destacados nesta lei, pode promover o desenvolvimento sustentável do município, e assim intensificar suas potencialidades turísticas e tornar a atividade sustentável. O mapa da Macrozona Rural de Interesse Turístico (MRIT), que compreende a área ao longo do Rio da Prata, mostra a localização dos principais pontos turísticos do município, que se encontram ao longo da BR- 267 entre os municípios de Jardim e Porto Murtinho.

O Plano Diretor Municipal de Jardim, é instrumento fundamental da política de desenvolvimento e expansão urbana, a qual compreende todo o território do município. Em relação aos pontos destacados na lei, quanto ao turismo o plano diretor possui diretrizes que visam incentivar atividades ecoturísticas as quais gerem menores impactos negativos ao meio ambiente e também promover programas de educação ambiental, para mobilizar a população quanto á importância do ecossistema que se encontra no município.

As leis são fundamentais para o amparo à atuação intervencionista do Estado, sendo que em jardim o turismo é uma atividade de prioridade das gestões públicas que estabeleceram essas leis, assim como na Constituição Federal já apresentava elementos capazes de amparar a atuação do estado para a preservação da natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o levantamento bibliográfico, as entrevistas e documentos foi possível concluir sobre a intervenção do poder público local, que o Turismo em Jardim tem a finalidade mercadológica com parcerias estabelecidas entre os setores públicos e privados.

O poder local tem atuado na intervenção principalmente sob a gestão do balneário municipal, na organização do carnaval, Réveillon, entre outras festas que ocorrem durante todo o ano, as quais atraem também muitos turistas, e além disso com infra estrutura urbana utilizada em fomento ao Turismo.

Os eventos apesar de ser público, redirecionam os turistas para realizar atividades nos empreendimentos privados.

Verificou-se que em Jardim o tipo de Turismo que mais aparece vinculado aos atrativos, é o Turismo Ecológico. Porém, através de entrevistas realizadas durante o processo desta pesquisa, o controle social considera que há ainda muito a ser feito no sentido de realizar levantamentos de locais com potencial turístico e de infra-estrutura.

Através das entrevistas realizadas, percebe-se que o COMTUR tem atuado bastante no Turismo local, porém ainda existe muito a ser feito para que a atividade turística dinamize a economia do município. Para que isto ocorra, é necessário que o Poder Público invista mais no Turismo local, pois há ainda lugares que possuem belezas cênicas peculiares e que ainda não estão vinculados ao Turismo local, e que podem atrair ainda mais turistas, aumento assim a economia do município. Entretanto, há também os eventos turísticos que também atraem turistas, porém os entrevistados deram como sugestão a realização de eventos culturais, que mostrem os trabalhos dos cidadãos jardinenses, que fazem do artesanato seu sustento.

Esta pesquisa demonstrou também que a participação dos cidadãos nas reuniões e decisões do COMTUR é inteiramente teórica.

Sendo assim, conclui-se que o Turismo em Jardim precisa ainda de muito investimento por parte do Poder Público para poder ampliar-se e atrair ainda mais turistas e assim dominar a economia do município.

BIBLIOGRAFIA

BARRETO, Margarida. Manual de iniciação do turismo. SILVA, Charlei Aparecido da. **Análise sistêmica, turismo de natureza e planejamento ambiental em Brotas: proposta metodológica/** Charlei Aparecido da Silva, Campinas, SP, 2006.

BATISTA, Ondimar. Visões de Pirenópolis: o lugar e os moradores face ao turismo. In: SILVA, Charlei Aparecido da. **Análise sistêmica, turismo de natureza e planejamento ambiental em Brotas: proposta metodológica/** Charlei Aparecido da Silva, Campinas, SP, 2006.

BRASIL. **Lei Orgânica Municipal de Jardim**. 2014

CASIMIRO FILHO, Francisco. Contribuições do turismo à economia brasileira. In: SILVA, Charlei Aparecido da. **Análise sistêmica, turismo de natureza e planejamento ambiental em Brotas: proposta metodológica/** Charlei Aparecido da Silva, Campinas, SP, 2006.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de Turismo e Território/** Rita de Cássia Cruz. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2002 (Coleção Turismo) p. 15 a 42.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. In: SILVA, Charlei Aparecido da. **Análise sistêmica, turismo de natureza e planejamento ambiental em Brotas: proposta metodológica/** Charlei Aparecido da Silva, Campinas, SP, 2006.

GOHN, M. G. **Conselhos gestores na política social urbana e participação popular**. In.: Cadernos Metrópole. N° 07. São Paulo, 2002. Disponível em: [HTTP://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9297](http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9297)

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os (des)caminhos do meio ambiente. In: SILVA, Charlei Aparecido da. **Análise sistêmica, turismo de natureza e planejamento ambiental em Brotas: proposta metodológica/** Charlei Aparecido da Silva, Campinas, SP, 2006.

HARVEY, David. Condição pós-moderna - uma pesquisa sobre as origens sobre a mudança cultural. In: SILVA, Charlei Aparecido da. **Análise sistêmica, turismo de natureza e planejamento ambiental em brotas: proposta metodológica/** Charlei Aparecido da Silva, Campinas, SP, 2006.

IGNARRA, Luiz Renato. Fundamentos do turismo. In: SILVA, Charlei Aparecido da. **Análise sistêmica, turismo de natureza e planejamento ambiental em brotas: proposta metodológica/** Charlei Aparecido da Silva, Campinas, SP, 2006.

JARDIM, **Calendário Cultural**. 2014

LICKORISH, Leonard John e JENKINS, Carson L. Introdução ao turismo. In: SILVA, Charlei Aparecido da. **Análise sistêmica, turismo de natureza e planejamento ambiental em brotas: proposta metodológica/** Charlei Aparecido da Silva, Campinas, SP, 2006.

MAGALHAES, H.; BONONI, V. L.R.; MERCANTE, M. A. **participação da sociedade civil na gestão de unidades de conservação e seus efeitos na melhoria da qualidade ambiental da região Sudeste do Estado do Mato Grosso do Sul**. Disponível em: [HTTP://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/6761/6761](http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/6761/6761)

OCON, D. C. M. **Espaço Geográfico: reprodução e consumo através da atividade turística em Anaurilândia e Fátima do Sul/MS**. Dissertação de Mestrado em Geografia, UFGD: Dourados, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. ed. Ática, Paris 1980, p 144.
Constituição Federal de 1988.

SILVA, Charlei Aparecido da. **Análise sistêmica, turismo de natureza e planejamento ambiental em brotas: proposta metodológica/** Charlei Aparecido da Silva, Campinas, SP, 2006.

Sites

www.semac.ms.gov.br, acessado em 23 de abril de 2014.

www.infoescola.gov.com.br, acessado em 22 de julho de 2014

www.webventureuol.uol.com.br, acessado em 05 de maio de 2014

ANEXOS

Anexo 1

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITARIA DE JARDIM/ MS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
PROFESSOR ORIENTADOR: DÉBORA CRISTINA MACORINI OCON
ACADEMICO (A): GÉSSICA SIQUEIRA PEIXOTO

ROTEIRO DE ENTREVISTA –
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO/2014

LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES PRIMARIAS

1) REPRESENTANTE SETOR () Público () Privado

2) QUAL SUA PROFISSÃO? _____

3) HÁ QUANTOS ANOS OU MESES É REPRESENTANTE NO CONSELHO?

4) VOCÊ CONSIDERA O CONSELHO IMPORTANTE? POR QUE?

5) ALEM DAS REUNIÕES DO CONSELHO VOCÊ PARTICIPA DE OUTRA INSTITUIÇÃO LIGADA Á ATIVIDADE TURISTICA EM JARDIM?

6) VOCÊ JÁ PARTICIPOU DE ALGUM CURSO (LONGA OU CURTA DURAÇÃO) SOBRE O TURISMO? ONDE/ INSTITUIÇÃO E QUANDO (ANO?)

7) QUAL O SEU GRAU DE CONHECIMENTO SOBRE A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL?

() Muito bom () Suficiente () Pouco

8) DE QUE FORMA VOCÊ PODERIA AMPLIAR SUA VISÃO SOBRE O TURISMO?

9) PRA VOCÊ QUAIS SÃO OS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS MAIS ATRATIVOS AO MUNICIPIO DE JARDIM? POR QUÊ?

10) VOCÊ CONSIDERA QUE A ECONOMIA DO MUNICIPIO É DINAMIZADA PELO TURISMO?

11) VOCÊ CONSIDERA SUFICIENTE O INVESTIMENTO DO PODER PÚBLICO AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO MUNICIPIO? JUSTIFIQUE.

() SIM () NÃO

12) NA SUA OPINIÃO, DE QUE FORMA O PODER PÚBLICO PODERIA CONTRIBUIR COM O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JARDIM?

13) QUAIS OS ASPECTOS POSITIVOS DO TURISMO PARA CADA EMPREENDEDOR NO MUNICÍPIO DE JARDIM?

14) NA SUA OPINIÃO, QUAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS PROPRIETARIOS DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS?

15) EM FORMA DE SUGESTÃO, O QUE VOCÊ JULGA NECESSÁRIO PARA MELHORIA DO TURISMO EM JARDIM? E COMO SERIA POSSIVEL REALIZAR ESSA MELHORIA?

16) VOCÊ CONHECE ALGUMA INICIATIVA QUE POTENCIALIZOU O TURISMO EM JARDIM NOS ÚLTIMOS ANOS? (INDEPENDENTE SE FOI REALIZADA PELO PODER PUBLICO OU INICIATIVA PRIVADA)

17) O QUE VOCÊ GOSTARIA DE ACRESCENTAR A ESSA PESQUISA?